Jornal da apubh

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, março de 1986 **Número 6**

Editorial

O ano de 1986 coloca o Movimento Docente diante de questões de grande importância para seu rumo futuro.

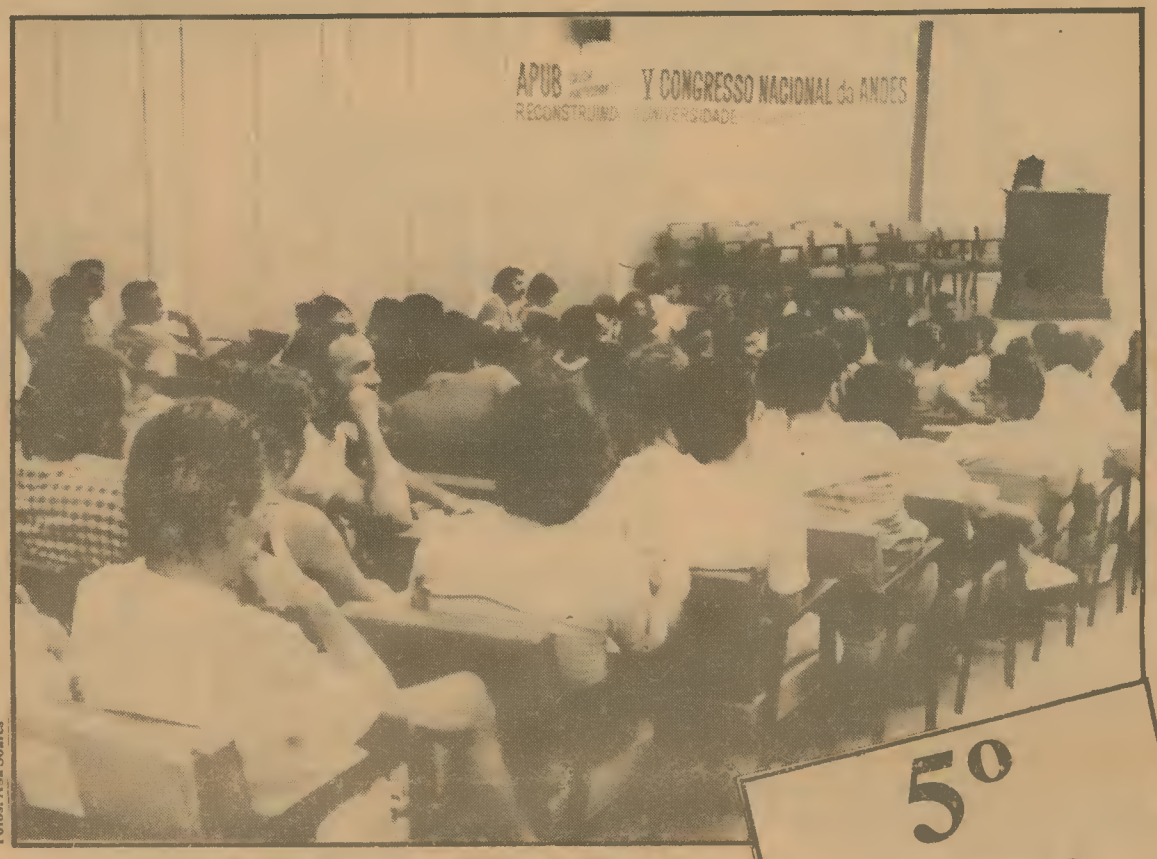
Na UFMG, a posse do prof. Cid Veloso, primeiro reitor eleito pela comunidade universitária, marca o início de um novo período, no qual a participação efetiva de todos os segmentos será imprescindível para a reconstrução da universidade, desfigurada pelo autoritarismo. É nesse contexto que se espera uma nova mobilização da comunidade no processo de sucessão de diretores de unidades, assim como no acompanhamento da implantação dos novos Ordenamentos Básicos, recém-aprovados pelo CFE.

A questão do "pacote econômico" também preocupa os professores, na medida em que produzirá efeitos diretos sobre os salários. O apoio às medidas necessárias e estabilizadoras do dec. lei 2.284, especialmente o congelamento de preços, não deve impedir a discussão de dúvidas e pontos polêmicos, como o impacto do "pacote" sobre o poder aquisitivo das diversas categorias de assalariados.

O eixo das lutas do Movimento Docente, nesse ano, será a questão da isonomia de carreira com as fundações (que devem ter garantida a "concretização" do Plano de Cargos e Salários), a par da sempre presente luta por mais verbas para a universidade.

Finalmente, a Constituinte, colocando-se como a grande questão do ano, concentrará a atenção de todos os brasileiros, e cujo processo o movimento docente deve assumir como uma de suas tarefas prioritárias.

A Diretoria.



Fotos: Ana Cristina Soares

O professor Cid Veloso, empossado como reitor pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen, no dia 11 de março, recebeu o cargo no último dia 17. Cid deixou a direção do Hospital das Clínicas para ocupar a Reitoria, depois de ter sido eleito pela comunidade universitária e ter seu nome encabeçado a lista sêxtupla que o Colégio Eleitoral compôs em outubro passado. Página 3.

Duas chapas concorrem à direção da Andes

Página 6

5º Congresso da Andes: as deliberações

Págs. 4, 5 e 6

Polícia invade Universidade, APUBH protesta

Pág. 2

O novo Conselho da APUBH

Assembléia geral dos Professores

dia 3 de abril — 9h30m — ICEX

UFMG invadida pela polícia de Sarney

O Diretório Acadêmico da FACE foi invadido, dia 5 de março, por volta de 21 horas, por seis agentes da Polícia Federal, armados de metralhadoras, enquanto se realizava ali, a exibição do filme "Je vous salue, Marie". Dois alunos daquela Faculdade foram presos e conduzidos à sede da Polícia Federal, onde foram coagidos a assinar termo de responsabilidade pelo material apreendido — um aparelho de videocassete, um televisor e uma cópia do filme — e não devolvidos pela polícia. Segundo informação da Polícia Federal aos próprios estudantes, eles serão indiciados em inquérito por "desobediência civil".

A diretoria da APUBH protesta energicamente contra esse ato de arbitrariedade, sobretudo pela invasão de dependências da UFMG pela Polícia Federal, com prisão de estudantes, fatos contra os quais resistimos bravamente, mesmo nos piores tempos da ditadura militar.

apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

nº 6 — março de 1986.
Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte — APUBH
Endereço: Rua Carangola, 288 — Salas 4/5 — Fone: 223-9504
Diretoria: Ivana Versiani — Presidente; Fernando Ramato Pimenteel — 1º Vice-Presidente; Stael Luiza Rocha de Santana — 2ª Vice-Presidente; Geraldo Guedes — 1º Secretário; Rosângela Carrusca Alvim — 2ª Secretária; Eliane Nonato Silva — 1ª Tesoureira; Virgínia Pastor — 2ª Tesoureira. Suplentes: Egléa Cunha e Ana Maria Soares.
Comissão Editorial: Ivana Versiani, Stael Luiza Rocha de Santana e Charles Magno Medeiros.
Jornalista Responsável: Francisco de Morais Mendes — Mat. SJPMG 2.237
Diagramação e Montagem:
S&C Comunicação 225-0182
Fotos: Ana Maria Soares
Logotipo/Criação: Centro Audiovisual da UFMG
Composição e Impressão: Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda, rua Padre Rolim, 652
Tiragem: 3.500 exemplares
Circulação: distribuído aos associados da APUBH

Conselho de Representantes da APUBH toma posse

O novo Conselho de Representantes da APUBH foi empossado, no último dia 14, em solenidade realizada no auditório da Escola de Arquitetura da UFMG. Em seguida, houve uma festa de congraçamento, no pátio daquela Unidade.

O Conselho de Representantes é formado por professores que representam as unidades da UFMG, e tem a seguinte composição: **Arquitetura — Evanise Miranda de Novais; Belas Artes** — Sandra Maria Bianchi Zavagli; **Biblioteconomia** — Lígia Maria Moreira Dumont; **Centro Pedagógico** — José Antônio Armanelli e Mariza Amélia Queiroga Barros; **Colégio Técnico** — Eduardo de Castro, José Roberto de Souza e Marco Antônio Nicácio; **Direito** — Sacha Calmon Navarro Coelho: **Educação** — Léa Pinheiro Paixão, Márcia Maria de Resende, Luiz Pompeu de Campos e Enilce Antunes Mattos Lima; **Educação Física** — Judith Carias de Miranda e Nilo Resende Viana Lima; **Enfermagem** — Maria Dolores Soares Madureira, Lúcia de Fátima Rodrigues Moreira e Suelene Coelho; **Face** — José Henrique Maia Filho, Marco Aurélio Rodrigues, Marlene Catarina Oliveira Lopes Melo e Mauro Borges Lemos; **Farmácia** — Rosângela Guerra de Andrade e Sheila Silva Monteiro Lodder Lisboa; **Fafich** — Luiz de Carvalho Bicalho, Margarida Luiza Vieira Matos, Heloísa Murgel Starling e Charles Magno Medeiros; **Geo-Ciências** — Dirce Ribeiro Melo; **ICB** — Francisco Reis Bastos, Humberto Coelho de Carvalho, Jorge Luis Pesqueiro, Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Ricardo Brandão Barbosa e Adelina Marta dos Reis; ICEX — Elzi de Oliveira Fantini e Frederico Ferreira Campos Filho; **Letras** — Vera Lúcia de Oliveira, Letícia Mallard e Sônia Maria de Melo Queiroz; **Medicina** — Maria Aparecida Martins, Rochsane de Carvalho Norton, José Lorenzato de Mendonça, Fernando Augusto Proietti, Rodolfo de Braga Almeida, Geraldo Cunha Cury, Itamar Tatuhy Pinto Sardinha e Maria da Consolação Moreira Ventura; **Odontologia** — João Henrique do Amaral; **Veterinária** — Carmen Silva Pereira, Lygia Maria Friche Passos e Clayton Eustáquio Braga.

A Escola da Música não elegeu representantes para o Conselho. A Escola de Engenharia realizará, brevemente, a escolha de seus representantes.

A Andes e o "pacote"

A ANDES divulgou nota oficial, no dia 7 de março, com avaliação preliminar das medidas econômicas determinadas pelo Governo. As medidas, para a ANDES, envolvem o atendimento de "antigas reivindicações populares, como o congelamento de preços, o princípio do seguro-desemprego e a escala móvel de salários", e também questões polêmicas como "o impacto sobre a massa salarial e o tratamento dado aos juros". Destaque também tem o fato do "pacote" não apontar o tratamento que será dado às questões estruturais que originaram o desequilíbrio da economia nacional, como a questão da terra e a dívida externa.

Sobre as conseqüências para os professores universitários, a nota afirma que o "pacote" desestrutura a carreira docente, acarreta perda de salário real e deforma os planos de cargos e salários das fundações federais, que estavam para ser implantados.

"Os professores das fundações federais e das IES particulares, continua a nota, cujas datas-base são em março ou abril, foram atingidos de forma mais intensa pelo confisco salarial". O índice de reajuste de março, cuja previsão era de 105%, será de apenas 52%.

No dia 8 passado, a ANDES promoveu reunião com a participação de 46 associações de docentes, na qual se decidiu pela alteração das pautas de reivindicações, face às medidas do Governo. Às ADs foi determinada a realização de assembléias, no início de abril, para discussão da pauta de reivindicações e do "pacote".

Nota Explicativa

Talvez espante a algum leitor o cabeçalho deste jornal trazer o nº seis. E os outros cinco? Cabe aí uma explicação e um pouco da história do **Jornal da APUBH**.

Nascido em 1982, na gestão da diretoria presididas pelo Prof. Roberto Martins, o **Jornal da APUBH** teve quatro edições (maio, julho, setembro e novembro). O primeiro número trazia como matéria principal uma entrevista com o Prof. José Henrique Santos, que havia assumido a reitoria em março daquele ano. Acompanhava também o processo de escolha dos novos diretores de unidades. No segundo número do **Jornal da APUBH**, o destaque é para a greve da Faculdade de Medicina. Motivo: o nome de Cid Veloso, hoje reitor, apontado pela comunidade para exercer a direção da Faculdade, não entra na lista da Congregação. O jornal prosseguia, passo a passo, acompanhando a sucessão nas unidades.

A luta pela suplementação de verbas e a reformulação dos ordenamentos básicos, além da substituição do ministro da Educação, Rubem Ludwig, pela profª Esther de Figueiredo, estavam no terceiro número. A APUBH encerrou o ano letivo apresentando em seu quarto jornal os candidatos ao governo de Minas, e a "nova safra" de diretores eleitos na UFMG.

Passados quatro anos, o que foi exposto acima pode ser considerado um resumo do que teremos pela frente neste ano: novo reitor, eleições para diretor, eleições para governador e luta por verbas. Até a troca de ministros na área de educação já aconteceu.

Em setembro de 1983, sob a presidência do Prof. Luiz Pompeu de Campos, a diretoria da APUBH edita um número do jornal "APUBH". Na capa, a convocação para o "Dia Nacional de Mobilização pela Universidade Pública, Antônoma e Democrática", que se realizou no dia 28 daquele mês, promovido pela APUBH, ASSUFEMG e DCE. O jornal criticava a tentativa de arrocho salarial imposta pelo Decreto-lei 2.045, e clamava por eleições diretas para a presidência da República.

A atual diretoria da APUBH decidiu resgatar a idéia de se editar um jornal tablóide, acalentada desde os primeiros dias de sua gestão. Tivemos a oportunidade de editar o "Informe Eleição do Reitor", em formato duplo ofício, em setembro e outubro do ano passado. O pequeno jornal dá testemunho do processo de escolha do reitor da UFMG.

Agora, com grande orgulho, passamos às mãos dos professores da UFMG o **Jornal da APUBH**, nº 6, seguindo a seqüência interrompida em 1983, esperando que ele possa contribuir política e culturalmente para o engrandecimento do movimento dos professores.

Obs.: O jornal "APUBH", nº 1, de setembro de 1983, foi incorporado ao acervo da entidade como sendo o de número 5, com o que desejamos evitar que aquela publicação se perca na história da entidade.

A Comissão Editorial

Entrevista

Cid Veloso quer a universidade fora de seus muros

Cid Veloso tem 49 anos e formou-se pela Faculdade de Medicina da UFMG, em 1961, passando a lecionar naquela unidade um ano depois. Tornou-se professor-adjunto, em 1978, e em seguida, livre docente, através de concurso. Exerceu o cargo de vice-diretor da Faculdade de Medicina de 1978 a 1980 e o de diretor de 1980 a 1982. Em 1983, foi nomeado diretor do Hospital das Clínicas, e mantido no cargo, em 1985, através de consultas à comunidade.

Otimista quanto aos programas que o MEC vem realizando para o ensino superior, o Reitor vê com preocupação o problema da reconstrução da UFMG, que sofreu, no regime militar, uma perda substancial de recursos e de qualidade de ensino. Com orgulho e apreensão pela tarefa que lhe foi atribuída, Cid Veloso tem como metas à frente da reitoria lutar pela melhoria das condições de trabalho para docentes e funcionários, e pela integração da universidade com a sociedade. Aqui ele fala das carências da UFMG e dos objetivos de sua administração.

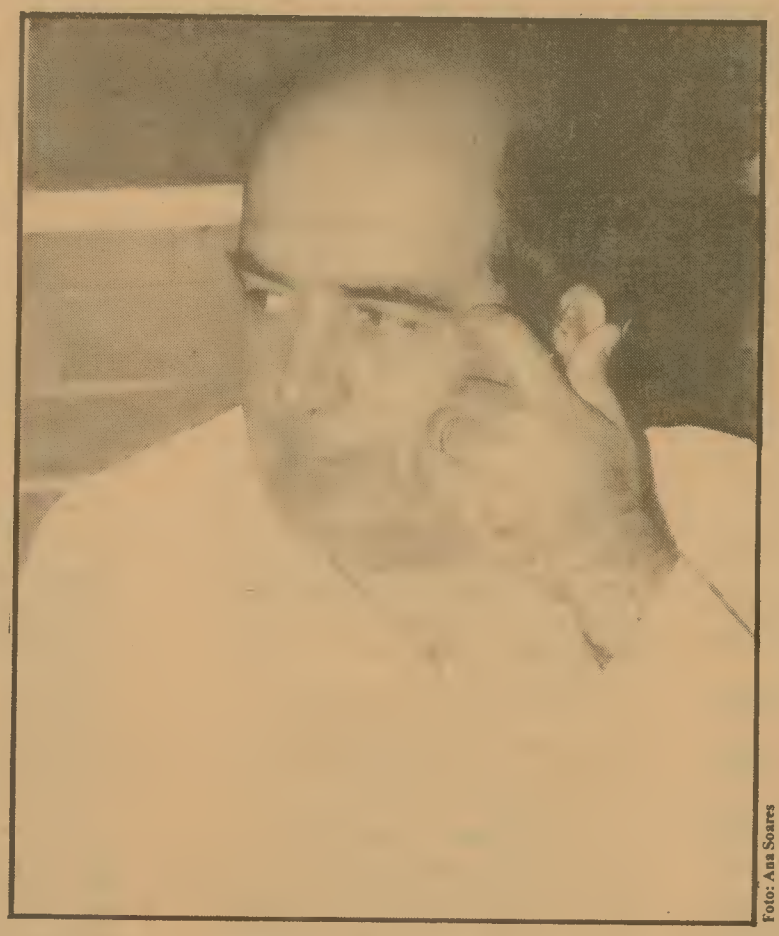


Foto: Ana Soares

O processo de escolha da minha equipe passa pelo maior número de consultas possíveis

Jornal da APUBH — Qual a sensação de ser reitor?

Cid Veloso — A primeira sensação é de muito orgulho de ser o primeiro reitor eleito diretamente na UFMG, ter tido a aprovação do Colégio Eleitoral e, finalmente, por ter sido indicado pelo Presidente da República, através do Ministro da Educação. A aprovação em todas essas instâncias é altamente gratificante para um professor que milita na Universidade há muito tempo. Mas a segunda sensação é de muita responsabilidade, já que deveria corresponder à expectativa da comunidade que me elegeu, do Colégio e do Presidente da República. A tarefa, que já é pesada pela sua atividade normal, é agora acrescida do peso dessa responsabilidade, dada pelo voto direto e pelo voto do Colégio.

JA — Como foi feita a escolha de sua equipe?

Cid Veloso — Entre a minha nomeação e a posse, tive a preocupação de consultar a universidade. Fi- pelo maior número de consultas possível. Algumas pessoas permanecerão nos seus cargos, pois continuam exercendo a tarefa adequadamente. Aquelas que eu mudei, não foi porque não merecem minha confiança — é importante frisar. Foi porque considero que deva haver um rodízio dos cargos, periodicamente, acho muito salutar para a universidade.

JA — O sr. tem uma proposta de integração universidade/sociedade. Nesse momento, que condições o sr. vê para esta integração?

Cid Veloso — Vejo uma situação propícia, não só pelo discurso democrático dos novos tempos políticos, que ainda não se mostrou tão avançado quanto a gente queria, mas alguma coisa está sendo feita. Existe também uma expectativa da sociedade, as pessoas estão sempre cobrando da universidade uma maior aproximação com a comunidade. Agora, há também a resistência de pessoas com uma visão bastante conservadora da Universidade, que acham que ela deve ficar dentro de seus muros, preparando o aluno para só mais tarde enfrentar a sociedade. É um discurso conservador, inclusive, em termos pedagógicos. Acho que, pedagociamente, é errada essa visão. Acho que a própria graduação deve ser feita em contato com a comunidade.

As pessoas estão sempre cobrando da universidade uma maior aproximação com a sociedade

zemos reuniões o mais amplas possíveis, para tentar definir linhas de trabalho e nomes. Minha idéia era a de não mudar toda a reitoria de uma vez; mesmo nos casos de mudança, ela será feita mais lentamente porque o meu processo de escolha passa

JA — Através de quais canais o sr. acredita que essa integração possa ser realizada?

Cid Veloso — Isso pode ser iniciado dentro dos programas chamados de extensão, como o Projeto Metropolitano, o do Internato Rural etc, em que o aluno tem um contato direto com a comunidade, com debates sobre problemas comuns, como por exemplo, na cidade do interior, problemas sanitários, de água, asfaltamento, habitação. Isso é um primeiro passo. Deve prosseguir, através de publicações de alcance geral que levem o trabalho da universidade para a população. Há também uma idéia de se criar uma rádio FM ou um canal de televisão, meios de se comunicar mais diretamente com o público. Uma forma mais avançada e complexa é a de se fazer debates conjuntos com a comunidade. Promover simpósios, seminários, com a sociedade organizada, através de líderes de associações e sindicatos. O melhor modo de implementar isso é com o aluno. Ele é que fala fácil, simples, direto. Em qualquer desses processos o aluno é fundamental.

Se o "pacote" do governo afeta o assalariado, vai tocar no funcionário e no professor, e criar um clima de instabilidade, de agitação

JA — A emenda Calmon está em vigor esse ano. A verba que a universidade recebeu é suficiente para o seu funcionamento?

Cid Veloso — O MEC repassou a verba, com a perspectiva de haver suplementação. Mas recentemente o ministro declarou que este ano não vai haver suplementação. Os recursos que chegaram não vão dar para meio ano. A emenda Calmon ainda não apareceu na Universidade. Podemos dizer que ela trouxe alguma melhoria, através do projeto "Nova Universidade", que é algo diferente com relação ao ano passado. A verba específica está mais ou menos igual aos outros anos.

JA — O sr. já tem definidas as áreas de prioridade para a verba do MEC?

Cid Veloso — A UFMG precisa de uma injeção de verba em todos os setores. A coisa mais precária dentro da Universidade e a parte de instalação física, equipamento, bibliotecas — que terão prioridade, pois suas condições são péssimas. E a parte de laboratórios, o Hospital das Clínicas. Você anda na Universidade e vê paredes, teto, piso instalação elétricas e hidráulicas necessitando de reparos; não por desleixo do reitor, é a falta de recursos. A área mais carente é a de graduação, que exige mais, por ser a maior e principal. Mas sem separarmos as coisas, pois para se ter uma boa graduação é necessário ter uma boa pós-graduação, que forma o professor e o pesquisador, é necessário também ter uma boa pesquisa. Não há, nesse sentido, como separar a necessidade das áreas.

JA — No cômputo geral dos votos da comunidade, decidiu a seu favor o voto do funcionário. Que tratamento a reitoria vai dar à categoria do servidor da UFMG?

Cid Veloso — Antes, é bom frisar que obtive expressiva votação entre os alunos e professores. Não se pode falar que funcionário elege reitor. Aliás, com a ponderação que foi feita, nenhuma categoria. O reitor, para se eleger, precisa ter uma expressiva votação geral. Não existe isso de dizer que funcionário ou unidade elegeu reitor. Unidade nenhuma elege, nem o Hospital das Clínicas. Em relação à minha política, a Universidade tem como grandes objetivos a pesquisa, o ensino e a extensão. A preocupação de um reitor deve ser com esses objetivos. Mas ele não conseguirá atingí-los sem uma boa política de pessoal, porque quem vai carregar esses objetivos é o pessoal administrativo e docente, e incluo também boas condições de trabalho e estudo para o aluno. Toda a comunidade tem que ter boas condições de trabalho e convívio dentro da Universidade. É fundamental se dar boas condições. Então, eu acho que uma das primeiras coisas a fazer é procurar melhorar as condições dos três segmentos. E corrigir certas distorções na política de pessoal, com relação a ascenção funcional, desvio de função, concursos que geram insatisfações. Muito dessa política não depende do reitor, mas ele pode atuar no sentido de melhorar o grau de satisfação das pessoas, que verão que as coisas estão sendo feitas com mais justiça. Só esse clima de justiça, de participação na escolha de dirigentes, só isso já vai melhorar em muito o grau de satisfação das pessoas, e o trabalho, lógico, vai ser mais produtivo.

JA — E que tratamento será dado ás entidades representativas dos segmentos da comunidade universitária?

Cid Veloso — O tratamento que sempre dei, o máximo de diálogo, de abertura. Terão abertas as portas, e também acesso a documentos de que necessitem, como ocorria no Hospital das Clínicas.

JA — Na fase de transição, o sr. promoveu consultas a diversos setores da UFMG, mas não houve consultas formais às entidades por quê?

Cid Veloso — Nos debates (pré-eleitorais), tive contato com as entidades, inclusive, participei de debates dentro da APUBH e dentro da ASSUFEMG. Agora, quanto a não ter consultado formalmente as entidades na fase de transição, é porque acho mais eficaz ir direto aos funcionários e professores. Mas, como disse, elas receberão um tratamento baseado no diálogo, e eu mesmo as procurarei nas situações em que for necessário.

JA — Como o sr. vê a mudança econômica sofrida pelo País e seus reflexos na Universidade?

Cid Veloso — A minha análise não é de especialista. Acho que é uma tentativa válida, com possibilidade de dar certo. Só tem um aspecto que é muito importante: saber até que ponto houve repercussão nos salários. Se houve achatamento, acho que deve ser revisto esse ponto, do Plano. Quanto ao restante, acho que foi uma atitude firme do governo a de encarar a inflação. Vai depender da sociedade brasileira, dos meios políticos, industriais, etc. Tem a desvantagem de ter sido feito através do decreto-lei, de uma maneira um pouco autoritária e marginalizado a classe política, o que não é bom. Mas me parece que a justificativa do governo é a de que não se poderia fazer uma coisa muito programada. Agora as implicações: se o processo previsto pelo governo der certo, vai ser favorável para a Universidade porque o congelamento de preço aumenta a capacidade de compra dos recursos que ela recebe e que são ao longo do ano corroídos pela inflação. Agora, se o Plano do governo afeta o assalariado, vai tocar diretamente no funcionário da Universidade, no professor, e vai criar um clima de instabilidade, de agitação. Esta é a minha preocupação.

Deliberações do 5º Congresso

O 5º Congresso da ANDES teve o propósito de discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1 — Conjuntura Nacional e Movimento Docente (Constituinte, Movimento Sindical e Reformas Sociais); 2 — Universidade (Política Educacional e Ensino Público e Gratuito, Política de Verbas, Reestruturação, Carreira/Avaliação Docente, e Ciência, Cultura e Tecnologia); 3 — Questões Setoriais (Campanhas Conjuntas e Lutas Específicas); 4 — Questões Organizativas (Finanças e Divisão da Regional Sul).

O Congresso tratou ainda da sucessão da diretoria da ANDES, com as eleições previstas para os dias 19 a 23 de maio próximo.

A seguir a síntese das deliberações do Congresso:

Tema 1
Conjuntura Nacional e Movimento Docente

1.1 — Constituinte
a) A ANDES decide denunciar o caráter da Constituinte que vamos ter, atrelada e comprometida com a consolidação do poder estabelecido e com o travamento das mudanças pelas quais o movimento docente vem lutando e denuncia o autoritarismo que dominou sua convocação.
Reafirmar sua posição de apoio a uma Constituinte, livre, soberana e executiva, precedida da remoção do entulho autoritário. Buscar mecanismo de participação efetiva na Constituinte, através da elaboração de uma plataforma educacional, articulada com os setores progressistas da educação brasileira.
b) Aprofundar a discussão sobre autonomia sindical, estabilidade no emprego, definição dos poderes da República, parlamentarismo e presidencialismo, direitos e liberdade sindicais, direito de propriedade rural e urbana, defesa da soberania nacional, papel das forças armadas, política educacional, cultural, científica e tecnológica voltada para os interesses nacionais e populares, liberdade partidária e ensino público.
c) Apoiar e trabalhar efetivamente pela eleição de constituintes (independente de partido) de fato comprometidos com as propostas de educação, em especial do ensino público e gratuito, e com a proposta mais geral dos trabalhadores.
1.2 — Dívida Externa
Lutar pela suspensão imediata do seu pagamento, até que se realize um processo de discussão e deliberação democrática, a nível nacional, que defina uma política de enfrentamento da dívida na perspectiva da soberania nacional e dos interesses populares; defender o rompimento com o FMI.
1.3 — Diretas 86
a) Articular a mobilização pela Constituinte com a luta pelas eleições diretas para presidente, em 1986.
1.4 — Movimento Sindical
a) Que a ANDES e as ADs participem efetivamente das comemorações do 1º de maio e discutam a participação efetiva na campanha nacional de luta da CUT, a saber: redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem prejuízo dos salários; reforma agrária sob controle dos trabalhadores; salário mínimo real de acordo com o DIEESE.
b) Que a ANDES promova um amplo debate sobre movimento sindical, indicando às ADs a realização de assembléias gerais com o objetivo específico de deliberar sobre a filiação ou não a uma Central Sindical; que a deliberação sobre este item conste da pauta do próximo Congresso;
d) Que, na luta pela participação na Constituinte, a ANDES e as ADs assumam a discussão da liberdade e autonomia sindical, e o enquadramento dos servidores públicos nela.
e) Que a ANDES e as ADs assumam a campanha pela ratificação imediata da Convenção 87, da OIT, com ampla discussão nas bases.
1.5 — Reforma Agrária
a) O movimento docente deve denunciar o Plano de Reforma Agrária do governo, por não atender às reais necessidades dos trabalhadores rurais, pois preserva o latifúndio e expressa inclusive uma recuo em relação ao Estatuto da Terra vigente.
b) A ANDES deve pronunciar-se por uma Reforma Agrária ampla, massiva e controlada pelos trabalhadores, incluindo a demarcação e respeito à terra indígena.

Tema 2
Universidade

2.1 — Reestruturação
1. A ANDES deve elaborar com as ADs, documento com análise crítica comparativa da "Proposta das ADs e da ANDES" e do "Documento da Comissão do MEC" bem como dos documentos já existentes sobre Reestruturação da Universidade Brasileira, para subsidiar a discussão que está se processando no âmbito da comunidade universitária. O documento será remetido às ADs até o final de fevereiro para ser debatido junto à comunidade universitária.

Promover, em conjunto com as ADs, no mês de abril, uma **Jornada Nacional sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira**, com elaboração de relatórios sobre o tema.
2. — a) Coletar e divulgar as experiências de democratização já vividas nas Universidades, principalmente quanto à eleição de dirigentes, reforma de estatutos, congressos e estatuintes, para estimular a implantação efetiva das mudanças pelas quais luta o movimento docente.
b) Encaminhar ao Congresso Nacional a exigência de suspensão da tramitação de todos os projetos referentes a aspectos da Reestruturação Universitária.
c) As IES particulares deverão desencadear processo de democratização interna, com participação da comunidade universitária. A ANDES deverá pressionar o MEC para garantir que as mantenedoras das particulares respeitem a autonomia das IES.
2.1.1 — Avaliação do documento da Comissão do MEC.
Foi questionado o critério para financiamento proposto pelo documento do MEC, que atrela a destinação de recursos ao que chamou de "padrões de qualidade e produtividade" das instituições. A Comissão do MEC se colocou contra as eleições diretas para dirigentes, contra a isonomia salarial e a carreira unificada. As diretas foram consideradas "excesso de autonomia" pela Comissão, que usa o argumento da autonomia para justificar a quebra da isonomia e da carreira unificada. Quanto ao ponto Ensino e Pesquisa, a ANDES considera incompatível a separação proposta pela Comissão.
2.2 — a) A política de verbas da Emenda Calmon deverá incluir os recursos oriundos do excedente de arrecadação de impostos, de forma a manter o percentual de 13% da arrecadação de impostos real do período.
b) A aplicação da Emenda deverá prover as IES federais de recursos para o seu custeio nos níveis definidos pelos estudos da ANDES, recursos definidos em seus orçamentos anuais
c) A **Jornada Nacional sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira** deverá também debater questões relativas à aplicação da Emenda Calmon.
d) O 5º Congresso da ANDES finalidades do ensino.



denuncia os artigos da regulamentação, que possibilitam a locação de verbas públicas para quaisquer bens e serviços empregados na Educação. Os recursos deverão ser utilizados exclusivamente para as
3 — a) O 5º Congresso repudia a destinação de qualquer recurso público para as mantenedoras da rede particular, sob que denominação tenham, e denunciam a ação do lobby organizado pelo setor. A destinação de recursos para as IES particulares deverá ter como fim exclusivamente as atividades de pesquisa, capacitação docente e extensão universitária.
4 — O 5º Congresso repudia o aval dado ao "Programa Nova Universidade" que se desenvolve sem a participação da comunidade universitária quanto a sua estrutura e mecanismos, visando interesses clientelistas e eleitorais do MEC e reivindica que seus recursos sejam imediatamente integrados aos orçamentos das IES públicas.
2.9 — Carreira e avaliação docente
2.9.1 — Carreira do magistério superior
a) Lutar pela ativação da Comissão ANDES/FASUBRA/MEC para implementação da carreira unificada.
b) Formar uma comissão intersetorial de 5 ADs (já formada) com professores do 1º e 2º graus para estudar o Plano de Cargos e Salários das Fundações e a Carreira das Autarquias, e fazer uma contraproposta ao MEC que corresponda às atividades da categoria.
c) Assegurar na regulamentação da carreira docente a dispensa parcial de atividades didáticas dos dirigentes de associações de docentes e da ANDES.
2.3.2 — Avaliação do Trabalho do Docente
a) A ANDES deverá se manifestar contrária a qualquer política discriminatória e clientelista de "centro de excelência".
b) Deverá elaborar um sistema que possibilite realizar, durante a **Jornada Nacional sobre a Reestruturação da Universidade Brasileira**, uma avaliação da competência e da qualidade acadêmica existente nas universidades brasileiras.
2.4. Ciência, Cultura e Tecnologia
Ponto incluído na pauta da Jornada Nacional sobre Reestruturação da Universidade Brasleira. A ANDES considera prioritário estimular a discussão sobre estes temas junto à base do movimento docente.
2.5 — Política Educacional: A luta pelo ensino público e gratuito.
Concluiu-se pela continuidade, através da ANDES, dos estudos sobre experiências privatizantes nas IES autárquicas, para posterior divulgação e ampla discussão nas ADs; pela necessidade de ampliação do ensino público e gratuito, privilegiando a abertura de cursos superiores noturnos.
As ADs deverão contribuir para a preparação de um documento sobre os cursos noturnos, que será submetido à discussão no próximo Congresso. A discussão não deverá ficar restrita à universidade, mas também levada à sociedade, através de seus movimentos organizados. A ANDES lutará ainda pela expansão de vagas na rede pública e pela revogação do decreto que impede contratação de professores nas universidades públicas.

Tema 3
Questões Setoriais

3.3 — Autárquicas
1 — Campanha salarial e por Verbas: cronograma
a) entrega imediata ao MEC da pauta de reivindicações;
b) prazo para resposta do MEC — 31 de março;
c) Primeira semana de abril — Assembléia para avaliar as respostas do MEC e o indicativo de greve do 5º Congresso.
d) 06.04.86 — Reunião nacional para decisão das ADs.
2 — Articulação das lutas com os Serviços Públicos Federais
Deverá ser articulada uma campanha salarial nacional dos servidores públicos federais, a ser decidida na Plenária Nacional de Entidades de Servidores Públicos Federais, tendo com base:
a) Reivindicações unitárias — trimestral de 100% do IPCA (vide alteração na pauta de reivindicações; 13º para os estatutários e qüinqüênio para os celetistas; aposentadoria integral; direito de sindicalização; novo estatuto com ampla discussão.
b) Elaboração de calendário nacional de mobilização na Plenária Nacional de Entidades.
3 — Carreira Única — O 5º Congresso indica:
a) a necessidade de uma carreira única com as fundações; e a necessidade de preparar o movimento unificado das autárquicas com as fundações, marcando para o fim de março o prazo para definição da carreira única, a fim de facilitar as negociações pela isonomia.
4 — O 5º Congresso encaminha às ADs a discussão sobre a conveniência ou não da inclusão, na pauta de reinvindicações, de abertura de opção para que os professores celetistas passem à condição de estatutários. A discussão deve esclarecer as vantagens e desvantagens dessa medida, com vistas, a viabilizar uma decisão do movimento no próximo Congresso.
3.4 — Fundacionais
Da discussão do setor das fundações, duas conclusões interessam de perto às autarquias:
IV — carreira unificada com autarquias
Reativação da Comissão Mista Autarquias — Fundações composta pelas ADs fundacionais de Mato Grosso, São Carlos, Viçosa e UNI-Rio e pelas ADs autárquicas da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.
3.5 — Lutas conjuntas (fundações e autarquias federais)
Autárquicas e fundações discutirão as questões relativas a data-base, trimestralidade no setor público, carreira única, verbas e isonomia salarial.

Pauta de Reivindicações

1 — Isonomia salarial entre IES federais autárquicas e fundacionais.
2 — Os salários, a partir de março, devem ser reajustados pelo piso salarial, ou seja, pelo IPCA integral entre o último reajuste (1º/1/86) e 28/2/86; (*)
3 — Escala móvel salarial (DL 2.283) com 5% de patamar; (*)
4 — Reposição salarial de 35,8%;
5 — Incorporação ao salário da gratificação de nível superior de 20% concedida em julho de 1985;
6 — Adoção da Dedicação exclusiva como regime de trabalho;
7 — Aposentadoria integral para o professor celetista;
8 — Aumento real de 8% calculado com base no crescimento da economia (produtividade);
9 — Exclusão das IES do decreto que proíbe contratação de pessoal;
10 — Verbas para o funcionamento das IES: De acordo com a previsão de uma taxa de inflação de 140% (valor previsto na proposta orçamentária), as verbas para OCC para as IES federais devem ser: (**)
10.1 — Cr$ 5.562 trilhões, para o retorno das verbas de custeio a 1973;
10.2 — Cr$ 2.225 trilhõs para a recuperação do pleno funcionamento das IES.
(*) Alterado, face ao "pacote econômico" de 27/2/86, em reunião nacional convocada pela ANDES, realizada na PUC-SP, em 8/3/86, com a presença de 20 Ads autárquicas, 10 fundacionais, 5 estaduais e 11 particulars.
(**) Os montantes estabelecidos em 10.1 e 10.2 serão adaptados à nova situação, mantido o critério de **retorno aos níveis de 1973.**

Tema 4
Questões Organizativas

Eleições da ANDES
Foram inscritas duas chapas junto à Secretaria Geral da ANDES: A chapa 1 — ANDES Autônoma e Democrática, encabeçada pelo Prof. Newton Lima Neto, da ADUFSCar, e a Chapa 2 — ANDES HOJE, encabeçada pelo Prof. Paulo da Silveira Rosas, ADUFEPE.

APUBH no 5º Congresso da Andes

O 5º Congresso da ANDES, realizado em Salvador-BA, de 19 a 24 de janeiro de 1986, contou com a participação de 65 das 104 associações de docentes do País filiados à entidade, que enviaram 294 delegados e 76 observadores, num total de 370 participantes.

A APUBH enviou delegação composta por 10 delegados e um observador. Representaram a entidade os professores Ivana Versiani, Stael Luiza Rocha de Santana, Geraldo Luiz Guedes, Fernando Damata Pimentel, Rosângela Carrusca Alvim, Ana Maria Soares, Tarcísio Ferreira, Luiz de Carvalho Bicalho, José Maurício Machado e Rodolfo de Braga Almeida. A profa. Eliane Novato Silva, suplente de delegado, participou do Congresso na qualidade de observadora.

Avaliação do 5º Congresso, feita pelas chapas concorrentes à diretoria da Andes:

Andes, Hoje: Em defesa da Universidade

Luiz Bicalho

Ao começar esta avaliação do último Congresso da ANDES, ocorre-me paradoxal conclusão de Sartre, a propósito do período de ocupação da França pelos nazistas: Nunca fomos tão livres, porque ou participávamos da Resistência, ou colaborávamos com os alemães.

Os congressos anteriores se verificaram sob a tutela de governos militares, a postura de contestação nos identificava, era secundário que determinada corrente política prevalecesse. O último congresso já se realizou sob governo civil, foram reconquistadas as prerrogativas do Congresso Nacional e da Justiça, obteve-se a liberdade de associação política. Em suma, o país se modificou, a situação se tornou muito mais complexa, a "escolha" sartreana já não poderia ser resolvida com a mesma simplicidade. E isso repercutiu no congresso: em sua organização, nos problemas discutidos, nas resoluções adotadas, na sucessão eleitoral.

A diretoria da ANDES e a relativa maioria dos congressistas por ela liderada fechou os olhos para a modificação havida no país, com isso declinando para uma postura geral claramente irrealista.

Em termos de organização: apesar de todos saberem que as articulações eleitorais demandariam tempo enorme dos congressistas, aprovou-se uma pauta excessiva, com reuniões em três turnos. Como resultado, a última sessão plenária, em que se votariam praticamente todas as questões relativas à Universidade, varou a noite, terminando às 7:30 horas da manhã! É fácil imaginar que questões da maior importância eram aprovadas a toque de caixa.

A postura irrealista e simplificadora manifestou-se de forma aberrante em várias resoluções adotadas (apesar dos protestos enérgicos da Oposição), como Participar na Campanha pelas Diretas para Presidente em 86, campanha que nem existe; em lutar (a esta altura!) por uma Constituinte não congressual; na adoção da Convenção 87 da OIT, questão complexa que divide CUT e CONCLAT. A isso acresce flagrante desrespeito pelas Associações Docentes, pois tais questões não foram por elas discutidas.

Para concluir: o país mudou, sim. E temos nossa parte de responsabilidade nessas mudanças, para defendê-las e aprimorá-las. E se as mudanças sociais são ainda tímidas, não é nos refugiando como carpideiras em céu platônico que vamos ampliá-las e apronfundá-las. O governo acaba de tomar medidas corajosas. Não cabe procurar apenas seus possíveis aspectos negativos e deixar de apoiar e lutar para apurar esse conjunto de medidas, corrigindo seus possíveis erros.

Quanto à Universidade especificamente, precisamos encarar com seriedade que, se o país mudou, o movimento docente não pode ser o mesmo. Que continuemos a lutar com a mesma energia pelas nossas reivindicações salariais. Mas nossos movimentos não podem ser apenas reivindicativos e contestatórios, como quando estávamos sob a tutela militar. Com a mesma energia precisamos enfrentar os problemas específicos da Universidade.

Há uma ANDES que ajudamos a formar e a defender. Entretanto, ela não pode ser uma ANDES no passado, mas uma ANDES, hoje.

Luiz Bicalho — 2º Vice-Presidente da chapa ANDES, HOJE: Em defesa da Universidade, e delegado ao 5º Congresso.

Andes Autônoma e Democrática

Tarcísio Ferreira

O Congresso Nacional da ANDES é o escoadouro das tendências e preocupações dos docentes. Lá se procura o denominador comum da categoria, quanto aos problemas específicos da categoria e da Universidade, e quanto aos da sociedade brasileira e nossos compromissos com ela.

Por isso, os debates caracterizam-se em duas vertentes distintas, embora profundamente integradas.

De um lado, temos os que se referem à Universidade como instituição específica e aos nossos interesses profissionais. Aqui, vê-se um grau de consenso quase unânime quanto aos princípios básicos para uma Universidade ideal e desejável e uma grande diversidade de propostas concretas para a melhoria da Universidade atual.

Do outro lado, temos os debates em torno dos problemas gerais da sociedade brasileira e de como integrar com eles as lutas de nossa categoria. Aqui, obviamente, é inevitável que as opções ideológicas (não se confunda com opções político-partidárias) a que não se pode fugir uma categoria cuja função profissional é "pensar" a realidade, pesam decisivamente.

Este peso é maior nos anos de eleição de nossa diretoria, quando cada um aspira ao legítimo direito de submeter à categoria seus pontos de vista e fazê-los aprovar. Neste ano, com a efervescência do país, quando toda a sociedade brasileira discute e se empenha em busca de caminhos, tornou-se mais agudo o confronto das idéias.

Por isso, este foi um dos Congressos mais tensos na história da entidade, onde análise da função social da Universidade desceu mais fundo, superando mesmo a discussão das correções possíveis na Universidade atual e dos nossos problemas corporativos.

Houve mesmo risco de desvio de rota, pelo grau de passionalidade em alguns momentos, como na plenária do terceiro dia do Congresso. O tema era: proposta de apoio da ANDES à aprovação imediata pelo Senado Federal da adesão do Brasil à Convenção 87 da OIT. Os principais defensores da proposta eram da articulação de que se formou a chapa ANDES/AD. Os principais adversários, da outra articulação. Debates longos, ásperos. Vitória da proposta. Tumulto no plenário, retirada em massa dos derrotados. Um deles pede verificação de quorum. Há quorum. Euforia dos remanescentes: seriam agora absolutos no plenário. Seguem-se duas votações (matéria irrelevante): 140/150 votos para 10/15 contra. Temas seguintes: filiação à CUT e outros. Alguém propõe que se suspenda a sessão para que não se delibere sobre assuntos de tal relevância sem os companheiros da outra articulação. Suspende-se a sessão. Restaura-se o clima do Congresso, superados emocionalidade e facciosismos. Pode-se agora discutir serenamente os problemas específicos da Universidade. O MD dava assim a prova final de sua maturidade.

Tarcísio Ferreira — Suplente da vice-presidência da Regional Leste da Chapa ANDES Autônoma e Democrática e delegado ao 5º Congresso.

Professores têm assembléia geral marcada

Os professores da UFMG tem assembléia geral marcada para o dia 3 de abril, quarta-feira, às 9h30, no auditório do ICEX. Os professores discutirão a pauta de reivindicações das federais autárquicas, aprovada no 5º Congresso da ANDES, a discussão do "pacote econômico" e o indicativo de greve proposto pelo 5º Congresso.

A sucessão dos diretores

O mandato de todos os diretores e vice de unidades da UFMG expira quatro meses após o término do mandato do reitor, conforme dispõe a Lei nº 6.420, de junho de 1977. As congregações das unidades da UFMG já estão se movimentando para dar início ao processo de sucessão de diretores, pois em 17 de julho terminam os atuais mandatos.

Consulta indica diretor do HC

A comunidade do Hospital das Clínicas será consultada para a escolha de seu próximo diretor, por decisão do Conselho Administrativo daquele hospital. A consulta será realizada nos dias 2, 3, e 4 de abril. O Conselho Administrativo se reunirá no dia 19 de abril, para elaborar lista tríplice de nomes que será enviada ao Reitor da UFMG.

Poderão votar os membros do corpo técnico-administrativo do HC; os professores da Escola de Enfermagem e da Faculdade de Medicina, os professores dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional que estejam em atividade no hospital, os estudantes de Enfermagem (4º ao 10º período), os de Medicina (do 5º ao 10º período), estudantes de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em atividade no HC; os médicos-residentes do HC e alunos dos cursos de especialização da Escola de Enfermagem e de especialização, mestrado e doutorado da Faculdade de Medicina da UFMG.

Assistência jurídica na APUBH

A APUBH vem oferecendo aos seus associados, desde setembro de 1985, os serviços de assistência jurídica, através do escritório do advogado João Batista de Oliveira Filho, que atende à rua Espírito Santo, 466, conj. 707 a 710 — telefones: 226-4697 — 226-4455 e 224-0670. O atendimento é de 9 às 12h, às segundas e sextas-feiras.

Bornhausen não muda nada no Ministério

O novo ministro da Educação é o senador Jorge Konder Bornhausen, 49 anos, presidente do Partido da Frente Liberal. Fundador da Arena no Estado de Santa Catarina, Bornhausen foi governador daquele Estado, de 1979 a 1982, nomeado pelo então presidente Ernesto Geisel. Pelo menos um incidente com estudantes marca a carreira do Ministro. Ele mandou enquadrar na Lei de Segurança Nacional sete estudantes catarinenses que participaram, em 1979, de um ato de protesto contra o então presidente Figueiredo.

Sem nenhuma experiência anterior na área da educação, o Ministro pretende, em sua gestão, dar continuidade ao trabalho de seu antecessor, Marco Maciel, mantendo todos os programas já definidos pelo MEC, principalmente o "Educação para Todos". Garantiu também apoio ao programa "Nova Universidade".

Jorge Bornhausen terá como sua mais difícil tarefa à frente do MEC a de fazer cumprir à emenda constitucional que prevê a aplicação de 13% do orçamento da União em educação. Adiantando que o orçamento do MEC já está comprometido para este ano, ele anunciou aos reitores, no último dia 25, que não haverá suplementação de verbas no orçamento de 1986. "Temos que administrar a escassez", afirmou. Além de Cz$ 17,8 bilhões, destinados ao pagamento de pessoal, o ensino superior recebeu, no total de verbas, o equivalente a US$ 3 bilhões.

O novo ministro já manteve contato com o Conselho de Reitores, com a ANDES, que entregou-lhe as pautas de reivindicações dos professores das universidades autárquicas, fundacionais e particulares, e com a UNE. Dentre as reivindicações dos estudantes, está a de reconstrução da sede da entidade, na Praia do Flamengo, demolida por ordem do governo Figueiredo.

Duas chapas disputam diretoria da Andes

Os associados das entidades filiadas à ANDES estarão, de 17 a 23 de maio, elegendo sua nova diretoria para o biênio 86/88. Duas chapas estão disputando a eleição: A Chapa 1 — "ANDES Autônoma e Democrática" e a Chapa 2 — "ANDES HOJE".

A Chapa "ANDES Autônoma e Democrática" tem sua diretoria executiva composta pelos professores Newton Lima Neto — Federal São Carlos-SP (Presidente); Sydney Solis — Santa Úrsula-SP (1º Vice-Presidente); Luiz Pompeu de Campos — **UFMG (2º Vice-Presidente); Márcio Antônio de Oliveira — UFJF (Secretário-Geral); Antônio Ibanez Ruiz — UNB (1º Secretário); Pedro Antônio Cecato — UFPB-JP (2º Secretário); Ari Vicente Fernandes — PUC Campinas-SP (1º Tesoureiro) e Renato de Oliveira — UFRGS (2º Tesoureiro). São suplentes Oswaldo de O. Maciel — UFSC (Presidência), Marco Antônio N. Pereira — UFBA (Secretária) e Ildeo Castro Faria — UFRJ (Tesouraria). A Regional Leste tem como Vice-Presidente Benedito Tadeu César (UFES) e como suplente** Tarcísio Ferreira **(UFMG).**

A Chapa 2 tem sua diretoria executiva formada pelos professores Paulo da Silveira Rosas — UFPE (Presidente); Joel Rigueira Teodésio — UFRJ (1º Vice-Presidente); Luiz Bicalho **— UFMG (2º Vice-Presidente); João Augusto Rocha — UFBA (Secretário-Geral); José Fraga Sanches — UFRGS (1º Secretário); Carlos Roberto Sanches — UFMS (2º Secretário); Miguel Jorge Palaoro — PUC-RS (1º Tesoureiro) e Flávio Sidrin Nassar — UFPA (2º Tesoureiro). São suplentes Antônio Carlos Robert — USP (Presidência), Helena Lopes — UNICAMP (Secretária) e Ivan Miguel Costa — UFU-MG (Tesouraria). A Regional Leste tem como Vice-Presidente** Geraldo Guedes **(UFMG) e como suplente** Margarida Vieira — Guida **(UFMG).**



Guedes, Guida e Bicalho

Andes, Hoje: em defesa da Universidade Uma alternativa para o movimento docente

Luiz Bicalho, Geraldo Guedes e Margarida Vieira

A ANDES, hoje, reúne cerca de 45.000 associados. É compreensível que dentro dela existam divergências quanto à natureza da entidade e quanto a seu papel diante da conjuntura nacional e no âmbito da Universidade. No momento em que seus associados são convocados a eleger uma nova diretoria, deverão também, forçosamente, se definir contra ou a favor da manutenção da política que vem norteando sua atividade: preferir a chapa situacionista ou eleger uma chapa de oposição.

Esta é uma oportunidade privilegiada para reavaliarmos a atual linha de ação da ANDES. E essa reavaliação indica que a tendência preponderante tem sido eminentemente sindical, com o sacrifício quase geral das questões acadêmicas.

Numerosos companheiros vêm questionando o acerto de se continuar com um mesmo programa face a mudanças que se operaram na sociedade e afetam a Universidade. A luta pelos **meios** é, sem dúvida, fundamental. Mas temos também de estar preparados para lutar pelos **fins** da Universidade.

A ANDES, hoje, tem de preocupar-se com os problemas acadêmicos; voltar-se para o interior das universidades; aproximar-se de organizações técnicas e científicas, de associações de pesquisa e de pós-graduação e de agremiações voltadas para a educação; integrar-se aos movimentos dos docentes de 1º e 2º graus; ampliar seu relacionamento com a UNE e a FASUBRA.

A reavaliação da política atual da ANDES nos leva também a outra crítica: sua tendência a isolar-se numa atitude de denúncia sistemática ao governo, recusando-se a ocupar os espaços que ele nos abre e perdendo, assim, ocasiões preciosas de fazer valer nossa opinião. Persistir em velhas práticas quando a realidade mudou pode nos custar caro. É a partir da análise de uma realidade ainda instável mas inegavelmente em mudança que devemos buscar novas estratégias. O Brasil vive hoje uma experiência particularmente difícil: a transição de um regime ditatorial para o que esperamos venha a ser, e no menor prazo, uma democracia plena. Nesse tempo de transição, a agressividade da ação deve ser traduzida em passos ágeis e projetos que se imponham pela oportunidade. É urgente ultrapassar o limite da denúncia, decifrar as sutilezas do jogo político, abrir novos espaços e ampliar os espaços conquistados. Por que, por exemplo, não institucionalizar o processo de eleições diretas para os dirigentes da Universidade através da ação parlamentar? Por que não apresentar de forma ampla, inclusive em projetos de lei, propostas já consensuais sobre a reestruturação da Universidade?

O movimento docente não pode alhear-se numa postura isolacionista. A transição democrática é ainda insatisfatória e movediça; e a educação superior é afetada pela inconsistência do processo. Enquanto legítima interprete dos professores, a ANDES deve reexaminar suas formas de luta, face aos novos desafios que enfrenta.

Não se trata de alterar as bandeiras históricas do movimento. Trata-se de reforçá-las pelo aprofundamento de sua análise e por atitudes que nos levem a influir na política educacional, cultural, científica e tecnológica do país.

Longe, portanto, de ser apenas uma "outra chapa", ANDES, Hoje é verdadeiramente uma **chapa alternativa**. Chapa de oposição, democraticamente legítima, que se apoia em princípios, na expectativa de chegar a uma política condizente com o que reclama a Universidade brasileira no momento atual.

Por uma Andes Autônoma e Democrática

Luiz Pompeu de Campos

Basicamente, três razões me levaram a aceitar a vice-presidência na CHAPA Andes/AD: a prática política dos companheiros no movimento docente, a liderança de Newton Lima assumindo a presidência, e o compromisso de todos com a Universidade.

A prática política que considero correta para os dirigentes de entidades de base deve se pautar em primeiro lugar pelo compromisso de encaminhar as deliberações tomadas nas diversas instâncias de decisão do movimento, sempre leal com os anseios da base, acima de qualquer posição político-partidária.

Pertencer a partidos políticos é um direito indiscutível de qualquer cidadão, porém todos aqueles que militam partidariamente, ao exercerem lideranças em movimentos como o nosso, devem ter clareza e separar as questões, pois entidades de classe não devem ser partidarizadas.



Pompeu e Tarcísio

Há quase uma década de ANDES e não houve um fato sequer que possa servir de argumento no sentido de aparelhamento de nossa entidade. Em questões polêmicas como filiação à CUT-CONCLAT, em que a questão partidária atravessa, a direção da ANDES, desde o período do Prof. Pinguelli, sempre tomou como fundamental uma decisão de fato, representativa de base. Por isso a questão ainda está em debate.

O compromisso de levar a luta respeitando as instâncias de deliberação do movimento foi sempre minha conduta na presidência da APUBH, e dos demais companheiros de chapa, como é o caso do Prof. Maciel, primeiro presidente da ANDES.

Quanto ao segundo ponto, considero fundamental que a presidência de uma entidade como a ANDES seja entregue a pessoas que tenham longa experiência no movimento docente, compromisso na defesa de nossas reivindicações, firmeza de liderança e engajamento nas atividades acadêmicas e universitárias.

Newton Lima, a meu ver, atende perfeitamente todos estes pontos. Engajado no movimento desde a fundação da ANDES, foi secretário-geral da entidade na gestão do Prof. Pinguelli. Representou-nos no comitê nacional supra-partidário pelas eleições diretas, e exerceu grande liderança no último movimento vitorioso (1985) das federais fundacionais, quando nossos colegas conquistaram o plano de cargos e salários. Além disso, o prof. Newton é doutor em engenharia química, professor-adjunto do mesmo departamento há oito anos, e vice-coordenador de pós-graduação da Universidade de São Carlos.

Por tudo isso, é que estamos unidos na luta por uma ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA!

CULTURA

30 anos de Grande Sertão

Ivana Versiani

"Eu o louvo com modéstia e espanto" — assim terminava uma crônica de Paulo Mendes Campos sobre **Grande Sertão: Veredas** (toda tecida com citações do livro), na ocasião de seu lançamento. Essa frase nos dá noção do pasmo que causou, há trinta anos, em 1956, a publicação da admirável obra-prima.

Os leitores já conheciam Guimarães Rosa dos contos de **Sagarana**, de dez anos atrás, 1946. E no mesmo ano de **Grande Sertão** foi lançado **Corpo de Baile** — do qual, aliás, brotou **Grande Sertão,** que, com o título original de **Veredas Mortas,** tinha sido concebido a princípio como uma das novelas daquela coletânea, e que, adquirindo vida própria, cresceu sozinho, desmesurado. **Corpo de Baile** ficou injustamente à sombra. O escândalo do ano foi **Grande Sertão: Veredas.** Ou da década. Ou de toda uma literatura. "Numa literatura de imaginação vasqueira" — diz Antônio Cândido — "onde a maioria costeia o documento bruto, é deslumbrante essa navegação no mar alto, esse jorro de imaginação criadora na linguagem, na composição, no enredo, na psicologia".

Toda obra-prima costuma carrear atrás de si um séquito de obras secundárias nascidas sob influência sua. Mas quem ousaria imitar **Grande Sertão?** Aqui parece ter-se dado o caso oposto: o livro encerra a longa tradição de romances regionalistas que desde o início de nossa ficção — desde José de Alencar — nunca deixou de estar presente entre nós. Com **Grande Sertão** o regionalismo explode para dimensões universais. Quem teria coragem, hoje em dia, de voltar a contar "causos" do sertão?

É na linguagem literária que notamos, daí para a frente, a marca da liberdade criadora que lhe deu Guimarães Rosa. Nos mais diferentes autores — de Mário Palmério a Antônio Callado, de Pedro Nava a João Ubaldo Ribeiro — a língua da literatura brasileira nunca mais foi a mesma. Guimarães Rosa desatou-lhe as asas. Não só na criação vocabular, mas, como diz Adélia Prado, no "esplêndido caos de onde emerge a sintaxe".

É forçosa a menção aos modernistas, especialmente a Mário de Andrade, que enfrentou, a seu tempo, o problema da língua portuguesa na literatura do Brasil. Guimaraẽs Rosa não concordava com seu processo ("Apoiava-se na sintaxe popular — filha da ignorância, da indigência verbal, e que leva a frouxos alongamentos, a uma moleza sem contenção" — comenta em carta a Mary Lou Daniel). Mas ampliou, dando-lhe soltura e requinte inesperados, a revolução lingüística iniciada em torno da Semana de Arte Moderna. Antônio Cândido afirma também: "Na extraordinária obra-prima **Grande Sertão: Veredas** há de tudo para quem souber ler, e nela tudo é forte, belo, impecavelmente realizado. Cada um poderá abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício".

Realmente, a bibliografia sobre o livro inclui ensaios de literatura, poética, estilística e linguagem — naturalmente. Mas muitos outros especialistas refletiram sobre ele, estudando-o sob pontos de vista os mais diversos: de filosofia, de cultura popular — até de esoterismo. Entretanto, como lembra Dámaso Alonso, "as obras literárias foram escritas para um ser terno, inocentíssimo e profundamente interessante: 'o leitor'. As obras literárias não nasceram para ser estudadas e analisadas, mas para ser lidas e diretamente intuídas". Por isso, nem só intelectuais e especialistas se entusiasmam por **Grande Sertão.** Numa conferência de 1966, Fernando Correia Dias, esboçando aspectos sociológicos do livro, começa pelo leitor de Guimarães Rosa: "O público de Guimarães Rosa deixa de ser algo tão difuso" ("pessoas que têm um traço comum, no caso ler determinados livros") "para tornar-se verdadeiramente constituído de grupos, quase fã-clubes. Fico pensando: que valores insuspeitados uniriam certas pessoas, que conheço, tão diferentes entre si, ideologicamente, tão diversas pelo nível intelectual, pelos gostos e preferências em outros terrenos — e cujo traço comum mais evidente é, para mim, a admiração entusiástica pelo livro **Grande Sertão: Veredas**".

Esses grupos costumam comprazer-se em conversas e alusões, que têm sabor de senha, acerca das palavras, dos devaneios, dos caminhos e descaminhos de Riobaldo e Diadorim. Uma das mais comovidas lembranças que tenho desses rituais foi com Morse de Belém Teixeira — que acaba de ir-se, junto com Arthur Velloso (deixando-nos os dois a nostalgia de uma universidade talvez quantitativamente menos eficiente, mas mais fascinada pelas aventuras do espírito). Morse era um apaixonado de **Grande Sertão.** Uma noite, num círculo de iniciados, descrevia a vila de Paredão, que conhecia de suas andanças de pescador. Paredão! Local de batalha decisiva e do duelo entre Diadorim e Hermógenes (entre o anjo e o demônio?) — local da morte de Diadorim. Acabada a descrição, no silêncio que se formou, ele concluiu: — "Pois é. Foi lá que aconteceu **aquilo**..." E uma tristeza funda nos envolveu — porque Diadorim tinha morrido, porque Diadorim tinha existido, porque Diadorim não tinha existido, porque não era possível chegar a tempo e corrigir o acontecido.

"Ah, Diadorim! E tantos anos já se passaram!"

Toda obra-prima costuma carrear atrás de si um séquito de obras secundárias nascidas sob influência sua. Mas quem ousaria imitar ***Grande Sertão?***

Homenagem

A Congregação da FAFICH, reunida no dia 3 de março, decidiu em homenagem aos seus fundadores, atribuir à sua sede a denominação de Casa Arthur Versiani Velloso. No último dia 14, foi descerrada, no saguão da Faculdade, placa registrando o evento.

Lançamento

Em **Os Senhores das Gerais — os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 64,** a autora, profª Heloísa Murgel Starling, conselheira da APUBH baseando-se em documentação inédita, contesta a versão oficial de que o golpe, em Minas Gerais, teve origem estritamente militar, sob a direção de Magalhães Pinto. O livro será lançado no 31 de março (!), às 19 horas, na Livraria Ex Libris, Av. Getúlio Vargas, 1.714 — Savassi. A edição é da Vozes.